

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.708 - SE (2019/0103890-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ARACAJU**  
**PROCURADOR : ARÍCIO DA SILVA ANDRADE FILHO E OUTRO(S) - SE005371**  
**AGRAVADO : WILSON ALVES NETO**  
**ADVOGADO : LUCIANO HAGENBECK SOBRAL FILHO - SE007809**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE ARACAJU contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (TLF) E IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN). COMPROVAÇÃO DO EXECUTADO/APELADO DE QUE NÃO PRESTAVA SERVIÇOS COMO AUTÔNOMO, À ÉPOCA DA EXAÇÃO. TRIBUTAÇÃO VINCULADA AO PLENO EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS. INEXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DO FATO GERADOR. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTIDO NA EXCEÇÃO EM APREÇO. NULIDADE DOS LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS E DA CDA CORRESPONDENTES. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO CORRELATA. INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. SENTENÇA MANTIDA E PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DO NCPC. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Alega violação do art. 85, § 10, do CPC, no que concerne à impossibilidade de condenação em honorários advocatícios ao Município de Aracaju tendo em vista que não deu causa ao ajuizamento da demanda, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O direito processual civil pátrio, ante o disposto no artigo supra citado, consagra o princípio da causalidade - ou seja, deverá arcar com o pagamento dos ônus da sucumbência a parte que deu causa à instauração da demanda.

No caso em tela, resta evidente que foi o Recorrido o causador do presente conflito, pois conforme se observa nos autos da execução fiscal que originou, a mesma não promoveu a necessária alteração cadastral, para fins tributários, acarretando flagrante descumprimento de obrigação acessória perante o Fisco Municipal (fls. 152).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice das Súmulas 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente